



**CAMPO DE  
OURIQUE**

JUNTA DE FREGUESIA

-----Ata nº 51-----

Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 20º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, reuniu ordinariamente a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, com as seguintes presenças: o Senhor Presidente Pedro Costa, o Senhor Vogal Jaime Matos, a senhora Vogal Patrícia Lourenço e a Senhora Secretária Teresa Vaz. -----

**Período antes da ordem do dia-** O senhor Presidente deu nota da alteração da reunião pública de agosto para a última segunda-feira do mês de julho dado o mês de agosto ser um mês em que tipicamente a população se desloca para outras zonas do país. -----  
Aberto o período de inscrições para intervenções por parte do público, os serviços registaram um pedido de intervenção. -----

Interveio o Senhor José Sacadura informando que é morador do bairro há mais de 70 anos. Afirmou que em primeiro lugar achava que o bairro estava mais limpo, sobretudo nos dejetos caninos. Acrescentou que a zona do Jardim da Parada também estava impecável. A razão que o levou à reunião foi a existência em Portugal de classes favorecidas pelo poder que têm nos media e há outras de pessoas sem voz. Afirmou que a Junta de Freguesia podia ter alguém disposto a explicar os aumentos e os impactos nas pensões dos reformados alega que as pessoas deviam ter quem as ajude, reconhecendo que seria mais fácil nas juntas pequenas do que aqui a nossa Junta que felizmente, sendo tão grande é fácil encontrar fregueses em qualquer altura do dia, pela rua. Manifesta o seu agrado com as Presidências Abertas, porque o executivo está junto das pessoas. Focando a sua preocupação na missão que as juntas têm de proximidade com as pessoas concluindo que as juntas devem reclamar dentro do serviço público mais competências de apoio à população carenciada. -----

O Senhor Presidente abordou a necessidade de reforço na resposta social e nas respostas de serviços públicos de proximidade, concordando com a necessidade integração do máximo de serviços públicos possíveis nos balcões da Junta de Freguesia, defendendo a necessidade de readaptação das competências administrativas das Juntas de Freguesia, tendo em conta que muitas delas nos dias de hoje já não são passíveis de ser excedidas na sua plenitude, utiliza como exemplo a emissão de atestados de residência, que neste momento destina-se maioritariamente à imigração, nomeadamente em Lisboa e no Porto, que são cidades em que as freguesias têm dezenas de milhares de habitantes e em que se acredita que o Presidente de Junta pode atestar com rigor se aquela pessoa reside ou não naquele território para efeitos de emigração revela-se algo surreal. Afirmo que o foco deve ser a vontade e disponibilidade dos serviços para a prestação de outros serviços, permitindo nos horários de funcionamento o enquadramento de trabalho administrativo de outras entidades do estado, apresenta como exemplo o trabalho administrativo dos Centros de Saúde e da Polícia de Segurança Pública, existindo já um projeto piloto para que a passagem deste trabalho administrativo se torne uma realidade, embora partilhe a sua opinião de falta de vontade por parte dos Agentes Policiais que esta passagem de trabalho administrativo se efetive, dado que esta passagem de competência faria com que os policias tivessem de abandonar o trabalho administrativo e passagem para o patrulhamento de proximidade, no caso do Centro de Saúde não foi ainda possível aferir

qual a falha dado que o contrato está assinado e em funcionamento há dois anos, a Junta de Freguesia equipou uma sala para esse fim, chegando a prestar alguns serviços, mas de um momento para o outro chegou à Junta de Freguesia a informação de que o serviço foi suspenso, sem qualquer informação prévia da ARS, sendo que os serviços da Junta de Freguesia nunca conseguiram realizar marcações de consultas, dado que após a marcação realizada pelos serviços da Junta era desmarcada pelos médicos no próprio dia. Reflete que durante muito tempo não existiram condições de infraestrutura por parte da Junta de Freguesia, dado que o edifício sede da Junta de freguesia não se encontra preparado para poder servir uma delegação do estado, mas tendo a Junta de Freguesia ultrapassado este problema através da criação de uma casa de banho pública e de acessibilidade para pessoal com mobilidade reduzida, permite que seja possível um aumento da prestação dos serviços no Balcão da Junta de Freguesia, nomeadamente permite que seja realizada a candidatura para a instalação de um Balcão do Cidadão no edifício da Junta de Freguesia. O Senhor presidente afirma que na Ação Social, pelouro seu por acreditar que se deve de olhar para os apoios sociais de uma forma diferente, afirma que neste momento a execução dos Fundos Sociais de Freguesia é quase total e que nos casos em que é necessário o acionamento do Ministério Público este também é acionado, embora se recorde apenas de um caso nestas circunstâncias, devido a fraude, estando o executivo focado na melhoria da resposta integrada, melhorando e manter o trabalho realizado com os serviços de Saúde e com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, afirmando que este trabalho flui e apresenta melhores resultados com a Santa Casa do que propriamente com os serviços de saúde, mas que a Junta mantém as suas tentativas de trabalho em conjunto. Acrescenta a manutenção do transporte social, apesar da escolha do executivo da Câmara Municipal da revogação do Contrato de Delegação de Competências que financiava a existência deste serviço, este foi mantido por decisão desta Junta de Freguesia, mantendo também o financiamento no Projeto Radar, sendo esta uma das freguesia da cidade com maior percentagem de cobertura do projeto, permitindo a existência de uma porta de entrada em casa de muitas pessoas mais idosas o que permite o combate ao isolamento e a criação de uma relação com a comunidade que permite uma maior eficiência na resposta às necessidades, denota ainda a necessidade de reforço na teleassistência, apesar da suspensão deste projeto por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente explanou um caso que evidencia a necessidade desta resposta, o caso de uma utente que teve a habitual visita domiciliar na quinta-feira e que na sexta-feira sofreu uma queda e que na segunda feira teve novamente visita domiciliar onde foi socorrida, caso não tivessem existido estas visitas domiciliares três vezes por semana, a senhora poderia não ter sido socorrida, caso existisse a teleassistência através de um botão de pânico a utente poderia ter sido imediatamente socorrida no momento da queda. O Senhor Presidente informou ainda a tentativa de realização de dois projetos de literacia financeira, levados a cabo pela Junta, embora nenhum deles tenha corrido bem, um vez que as empresas e a academia não se encontra vocacionada para a realização destes projetos, estando neste momento a decorrer um trabalho conjunto com o gabinete montado pela Câmara Municipal para esta finalidade, mas que atendendo à distância, no seu entender se tornará numa fraca resposta, ou seja as pessoas que procuram uma resposta de literacia financeira, procuram esta



resposta com alguma proximidade. Existiu também a tentativa por parte deste Executivo da Junta da criação de um centro de arbitragem para apoio na resolução de alguns problemas habitacionais, mas que foi chumbado em Assembleia de Freguesia pelos partidos de direita e pelo Partido Comunista Português, mantendo o executivo a tentativa da criação de resposta nesta área. -----

Em segunda intervenção, o freguês Jose Sacadura, afirmou que era um homem de projetos, de sistemas de informação. Tendo trabalhado em cinco bancos na sua carreira. Afirma que esteve envolvido na evolução da banca em Portugal e terminou a sua carreira no Crédito Agrícola, que como era um banco com caixas em sítios recônditos, apresentou ao Presidente do Conselho de Administração que nas agências do Crédito Agrícola se pudesse tratar de assuntos do Estado, mas tal não foi possível pelos poderes instituídos, como segundo o freguês diz o presidente. -----

Não existindo mais pedidos de palavra o Senhor Presidente iniciou o período da ordem do dia.-----

Tendo sido executada a seguinte ordem do dia conforme convocatória: -----

1 – Apreciação e votação da ata da reunião anterior-----

2 – Apreciação e votação de propostas-----

**1 – Apreciação e votação da ata da reunião anterior-----**

O Senhor Presidente da Junta colocou à votação a ata número cinquenta que, depois de lida pela Senhora Secretária, foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – Apreciação e votação de propostas-----**

**PROPOSTA Nº 238- APRESENTADA PELO PRESIDENTE, PEDRO COSTA -**

Proposta de decisão de pagamento de despesas de agregado familiar, ao abrigo do Programa Municipal FES (Fundo de Emergência Social e Recuperação de Lisboa) da Câmara Municipal de Lisboa, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

**PROPOSTA Nº 239- APRESENTADA PELO PRESIDENTE, PEDRO COSTA-**

Proposta de decisão de adjudicação na sequência de procedimento pré-contratual por consulta prévia para a formação de um contrato de aquisição de serviços de elaboração de projetos de execução das empreitadas de requalificação urbana para a Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

**PROPOSTA Nº 240- APRESENTADA PELO PRESIDENTE, PEDRO COSTA-**

Proposta de decisão de abertura de um procedimento pré-contratual por consulta prévia para a formação de um contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento e implementação de plataforma Low Code para a Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**PROPOSTA Nº 241- APRESENTADA PELO PRESIDENTE, PEDRO COSTA-**

Proposta de decisão de adjudicação, por ajuste direto simplificado, de orçamento para a prestação de serviços de aluguer de insuflável e respetiva monitorização no âmbito do evento Placemaking realizado pela Junta de Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**PROPOSTA Nº 242- APRESENTADA PELO PRESIDENTE, PEDRO COSTA-**  
Proposta de abertura de um procedimento pré-contratual por ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição de relva sintética no âmbito do evento Placemaking, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**PROPOSTA Nº 243- APRESENTADA PELO TESOUREIRO, JAIME MATOS-**  
Proposta de decisão de adjudicação na sequência de procedimento pré-contratual por consulta prévia para a formação de um contrato de aquisição de serviços de execução de levantamentos topográficos de várias zonas da Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**PROPOSTA Nº 244- APRESENTADA PELO TESOUREIRO, JAIME MATOS-**  
Proposta de decisão de adjudicação, por ajuste direto simplificado, para a formação de um contrato de empreitada de instalação de grelhas de ventilação em PVC- Sala de Reuniões e execução de arrumo na sala de refeições no interior da sede da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foram declarados encerrados os trabalhos da reunião, e eu, Maria Teresa da Fonseca Madeira Cunha A. Vaz, que secretariei a presente reunião, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente (**Pedro Miguel Tadeu Rocha Costa**)-----



A Secretária (**Maria Teresa da Fonseca Madeira Cunha A. Vaz**)-----



Anexos: **Lista de Presenças; Propostas.**